

Ciclos de formação: a extensão e a formação político pedagógica junto a povos e comunidades tradicionais na experiência do IFRJ Nilópolis

Alexandre de Oliveira Pimentel¹

Affonso C. Thomaz Pereira²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v13i25.57936>

Resumo: Desde meados de 2018, vimos realizando no âmbito dos programas institucionais de extensão do IFRJ campus Nilópolis uma série de projetos, cursos e eventos que lidam com o tema de povos e comunidades tradicionais – indígenas, caiçaras, quilombolas, grupos e coletivos de periferia. Nossa proposta, inspirada no Encontro de Saberes, visa promover o trânsito entre o espaço formal da academia e os múltiplos espaços de saberes, práticas e experiências observados como cultura. Tradicional aqui é tomado como uma forma, e menos como conteúdo: é um fazer, viver, ocupar, produzir tradicionalmente desses povos e comunidades. Como projeto de extensão, temos a intenção de fazer a ponte entre o local em que a instituição está inserida, a Baixada Fluminense, e essas formas de saberes não acadêmicos. Assim, professores de escolas locais, professores universitários, estudantes, pesquisadores, ativistas de movimentos sociais tornaram-se o público recorrente dos diferentes projetos desenvolvidos nesse período, com relevante aceitação e impacto. Neste artigo, abordaremos princípios epistemológicos, temas e experiências desenvolvidas em nossos projetos nestes anos.

Palavras-chave: IFRJ Nilópolis; extensão universitária; povos e comunidades tradicionais; diálogo de saberes

Ciclos de formación: la extensión universitaria y la formación político pedagógica junto a pueblos y comunidades tradicionales en la experiencia del IFRJ Nilópolis

Resumen: Desde mediados de 2018, venimos realizando, en el ámbito de los programas de extensión institucional del IFRJ campus Nilópolis, una serie de proyectos, cursos y eventos que abordan la temática de los pueblos y comunidades tradicionales – indígenas, caiçaras, quilombolas, y grupos y colectivos de periferias. Nuestra propuesta, inspirada en el “Encontro de Saberes”, pretende promover el tránsito entre el espacio formal de la academia y los múltiples espacios de saberes, prácticas y experiencias observadas como cultura. Tradicional aquí se toma como forma, y menos como contenido: es un hacer, vivir, ocupar, producir tradicionalmente de estos pueblos y comunidades. Como proyecto de extensión, pretendemos hacer una puente entre el local de la institución, la Baixada Fluminense, y estas formas de conocimiento no académico. Así, docentes de

¹ Alexandre de Oliveira Pimentel. Mestre em Geografia – Ordenamento Territorial e Ambiental pela UFF. Professor do Bacharelado em Produção Cultural, IFRJ/ Campus Nilópolis, Brasil. E-mail: alexandre.pimentel@ifrj.edu.br – <https://orcid.org/0009-0006-2845-8285>

² Affonso Celso Thomaz Pereira. Doutor em História Social – FFLCH/ USP. Professor de História, IFRJ/ Campus Nilópolis, Brasil. E-mail: affonso.pereira@ifrj.edu.br – <https://orcid.org/0009-0003-5610-7843>

Recebido em 31/03/2023, aceito para publicação em 27/06/2023 e disponibilizado online em 01/09/2023.

escuelas locales, profesores universitarios, estudiantes, investigadores, activistas de movimientos sociales se convirtieron en el público recurrente de los diferentes proyectos desarrollados durante este período, con relevante aceptación e impacto. En este artículo abordaremos principios epistemológicos, temas y experiencias desarrolladas en nuestros proyectos en estos años.

Palabras clave: IFRJ Nilópolis; extensión universitária; pueblos y comunidades tradicionales; diálogos de saberes.

Formation cycles: university extension and the political pedagogical formation aside traditional peoples and communities at the IFRJ Nilopolis experience.

Abstract: Since mid-2018, we have been carrying out, within the scope of the institutional extension programs of the IFRJ campus Nilópolis, projects, courses and events that deal with the theme of traditional peoples and communities – indigenous, caçaras, quilombolas and periphery groups and colectives. Our proposal, inspired by the Meeting of Knowledge, aims to promote the transit between the formal space of the academy and the multiple spaces of knowledge, practices and experiences conceived as culture. Traditional here is taken as a form, and less as a content: it is a doing, living, occupying, producing traditionally by these peoples and communities. As an extension project, we intend to build a bridge between the institution's territory, the Baixada Fluminense, and these forms of non-academic knowledge. Thus, teachers from local schools, professors, students, researchers, social movement activists became the recurring public of the different projects developed during this period, with relevant acceptance and impact. In this article, we will discuss the epistemological principles, themes and experiences developed in these years in our projects.

Keywords: IFRJ Nilópolis; university extension; traditional peoples and communities; knowledge dialogues.

Ciclos de formação: a extensão e a formação político pedagógica junto a povos e comunidades tradicionais na experiência do IFRJ Nilópolis

Encontros são fronteiras em que ficam por um tempo em suspenso o que será ponte, o que será fluxo, o que será passado. De nosso ponto de vista, nos despedimos de muitos anos de silêncio dentro de uma instituição de ensino, e ajudamos a abrir pontes, a pavimentar o caminho de dentro para fora, e de fora para dentro, em relação aos sujeitos de povos e

comunidades tradicionais contemporâneas.

Inspirados pela experiência pioneira do **Encontro de Saberes**³,

³ Projeto estruturante do Instituto de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), resultado de uma parceria entre a Universidade de Brasília, o CNPq e os ministérios de Ciência Tecnologia (MCTI) e Inovação (MCTI), da Educação (MEC) e da Cultura (MinC), que visa uma formação intercultural para o ensino formal que incluía, duplamente, as artes e saberes tradicionais na grade curricular e os mestres e mestradas tradicionais na docência (Carvalho e Flores, 2014; Carvalho e Águas, 2015)

buscamos desenvolver no campus Nilópolis do Instituto Federal do Rio de Janeiro uma prática político-pedagógica denominada "Ciclos de Formação", cujos princípios visam não apenas trazer a temática de povos e comunidades tradicionais para dentro da academia, mas também os próprios sujeitos e suas vozes, promovendo encontros com o público. Um público que, estrategicamente, não se restringe somente à comunidade interna acadêmica, mas se estende a estudantes e professores de outras instituições (universitários e secundaristas), pesquisadores, agentes públicos, membros de comunidades ou periferias e interessados em geral, conforme a proposta da extensão universitária deve ser.

É importante esclarecer que não se trata, portanto, de uma implementação integral da metodologia do Encontro de Saberes, tal como em experiências realizadas em outras universidades do país (como na UFMG, UFPA, UECE, UFJFUFBS, UFF, entre outras) ou mesmo do exterior (como na Pontifícia Universidad Javeriana, na Colômbia). Trata-se do desenvolvimento de uma

experiência pedagógica pluriépistêmica e interdisciplinar, inspirada em alguns princípios e aspectos do Encontro de Saberes – como a inclusão e validação das artes e saberes tradicionais como conteúdos centrais abordados; a presença de mestres e mestras como sujeitos do processo pedagógico; a crítica aos limites do modelo universitário monoépistêmico e monodisciplinar – mas desenvolvida no âmbito de ações de extensão, e não por meio de uma disciplina regular, ou da integração mais orgânica de mestras e mestras com a instituição.

Entre 2018 e 2021, realizamos três grandes projetos de extensão no campus Nilópolis do Instituto Federal do Rio de Janeiro: I e II Ciclo de Formação em História, Memória e Culturas Indígenas (2018-2019 e 2021, respectivamente) e o Ciclo de Extensão Territórios e Culturas: Diálogos dos Povos e Comunidades Tradicionais com as Periferias Urbanas no RJ (2020)⁴. O território

⁴ É fundamental destacar o financiamento recebido da instituição para a realização destes eventos. Ainda insuficientes que sejam, permitiram seja o transporte de convidados, seja a infraestrutura para transmissão e posterior tradução para libras dos encontros virtuais. Ao mesmo tempo, destaca-se a

onde se encontra o campus pode ser entendido como mais uma fronteira⁵ a ser considerada. Tradicionalmente associada às páginas policiais e a narrativas que enfatizam a precariedade, miséria e todo tipo de problemas urbanos, a Baixada Fluminense, no entanto, se apresenta como um lugar dinâmico do ponto de vista econômico, cultural e acadêmico. De modo que, torná-la palco e atrator de debates e projetos desta natureza provoca uma inflexão na percepção e afecção em geral envolvendo a região, mas também ajuda a promover

concessão de bolsas de extensão para estudantes que foram decisivos para a realização dos projetos em todos os momentos.

⁵A ideia de fronteira é central para a concepção de nosso trabalho. Por um lado, fronteiras físicas como lugares e territórios bem estabelecidos e reconhecidos, que são ocasionalmente forçados em suas brechas e se reorganizam. Por outro lado, fronteiras entre saberes e práticas consideradas exóticas ou normais. O que se propõe ao leitor é a tentativa de pensar a todo momento por sobre a linha de fronteira em que os territórios se movem, se fundem, se descolam, e que interferem e transformam o olhar de quem vê e de quem é visto. Falaremos sobre a fronteira entre estar na Baixada Fluminense (espaço marginal) e o centro (capital Rio de Janeiro), fronteira entre uma instituição acadêmica voltada para as ciências duras e as humanidades; fronteira entre dentro e fora dos muros da universidade; fronteira do saber formal, cartesiano, compartimentado e os múltiplos saberes; fronteira, enfim, que permite reconhecer e experimentar justamente o encontro e o encontro de saberes.

positivamente sua inserção em um circuito avançado de discussões acerca de culturas, comunidades e povos tradicionais no estado do Rio de Janeiro. Avançar sobre esse tema é fundamental se quisermos desenvolver uma prática transformadora que comece por dentro da academia (nosso espaço institucional de atuação) mas se dirija para fora dela, e que tenha como finalidade deixar essa porta aberta, de modo a estabelecer esse trânsito de maneira permanente.

Outro nível de fronteira, de encontro e desencontro, são os próprios Institutos Federais, instituídos em 2009 com a finalidade de expandir a rede federal de ensino para todo o território nacional, em especial como ferramenta de interiorização do ensino de qualidade. Projeto ousado, pretende estabelecer uma relação de verticalidade entre níveis de ensino, isto é, ensino médio-técnico integrado, graduação e pós-graduação, e manter o tripé fundamental de ensino-pesquisa-extensão em todos estes níveis. Em tese, os cursos de ensino médio-técnico integrado dialogariam com os cursos oferecidos de graduação e pós-graduação, estabelecendo um encadeamento de

formação profissional associado aos arranjos produtivos e sociais locais. Alguns IFs tiveram origem em instituições que já existiam, como escolas técnicas, centros tecnológicos, escolas agrícolas; outros surgiram do zero, construindo suas diretrizes, estabelecendo linha de atuação e criando uma cultura a partir daquele momento.

O caso do IFRJ Nilópolis merece um destaque nesse sentido, pois, ele surge da transformação da Escola técnica Federal de Química do Rio de Janeiro, uma das instituições mais antigas de ensino técnico, criada por Getúlio Vargas em 1936, e Nilópolis era justamente a sede, a reitoria, tendo o campus Maracanã, na zona norte da capital, como o outro campus. O IFRJ, então, herda, além dos cursos que já existiam, a tradição de ser uma escola, uma escola técnica, uma escola técnica de disciplinas das ciências duras (química). Conseguir inserir uma nova lógica (a dos IFs: ensino politécnico, formação cidadã, trabalho como princípio educativo e pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais) nesse cenário de educação voltada para o mercado

de trabalho e impregnado de perspectivas pragmáticas do tempo pedagógico, em contexto de ideologia neoliberal, não é tarefa das mais simples. Esse breve relato deixa claro quão periférico, institucionalmente falando, estão não apenas os temas que abordamos, mas o próprio lugar da extensão dentro desta lógica. Neste sentido, os projetos aqui abordados⁶ imprimiram uma nova marca dentro da instituição, de reconhecimento entre os pares, como projetaram a instituição no espaço regional de circulação acadêmica e política no debate de temas relacionados às culturas de povos e comunidades tradicionais, especialmente os povos indígenas.

Feitas estas considerações, fundamentais para o leitor não familiarizado com este ambiente geográfico ou acadêmico, e que condicionam tanto a percepção do público como seus efeitos sobre todo o sistema envolvido (público participante

⁶I e II Ciclo de Formação em História, Memória e Culturas Indígenas e Ciclo de Extensão "Territórios e Culturas: Diálogos dos Povos e Comunidades Tradicionais com as Periferias Urbanas no RJ": ver respectivamente: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLOPY0VOJMmtz7XVbqVvOmsKy75kwE-gzJ> ; <https://www.youtube.com/playlist?list=PLOPY0VOJMmtxlpQnwrhYE4teNrxplowV8> ; e <https://www.youtube.com/playlist?list=PLOPY0VOJMmtz2rqPiO2XgFAsGBJ1n4jue>

dos projetos, palestrantes, debatedores, convidados, instituição, comunidade externa), seguiremos com algumas reflexões acerca da relevância dessa perspectiva, bem como dos olhares e efeitos que somente essa configuração pode trazer para o debate político e acadêmico, a partir da experiência percebida em nossos projetos.

Procuramos marcar uma fronteira também em relação às segmentações e individualidades muito presentes no ambiente acadêmico, de modo a promover uma entrada e novos encontros de atores externos, sob a forma de parcerias desenvolvida do modo mais horizontal quanto nos foi possível. O Ciclo de Extensão "Territórios e Culturas: Diálogos dos Povos e Comunidades Tradicionais com as Periferias Urbanas no RJ" foi realizado pelo NEABI/ IFRJ-Nilópolis(Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas), e co-realizado com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) Angra-Paraty-Ubatuba e com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS – parceria do Fórum com a Fiocruz. O Ciclo teve ainda as

parcerias do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e do espaço Raízes do Brasil. Já os I e II Ciclo de Formação, contaram com Consultoria do renomado professor José Ribamar de Bessa Freire, realização do NEABI, co-realização do Pró-Índio – UERJ e parceria do Armazém Memória (coordenado, à época, pelo importante pesquisador e ativista Marcelo Zelic, falecido recentemente) e do Coletivo Pluriverso (plataforma digital que hospeda movimentos sociais, coletivos, cursos populares, artistas, entre outras iniciativas que visam formas compartilhadas de produção de conhecimento). Internamente, no âmbito do IFRJ, contamos também com a parceria preciosa de dois laboratórios: NUCA (Núcleo de Criação Audiovisual) e LPG (Laboratório de Produção Gráfica), ambos do curso de Bacharelado em Produção Cultural do IFRJ/Campus Nilópolis. Em todos os casos, contamos com o apoio financeiro seja por parte da Direção do Campus, ou pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio de editais para fomento de projetos de extensão.

Breve descrição dos projetos.

Chamamos nossas ações de Ciclos de Formação devido à intenção de tornar este evento uma prática regular em nosso instituto, de modo a considerar a formação, nossa e dos extensionistas, um trabalho continuado, ao qual voltamos permanentemente para atualização e para a conformação de espaços de luta política, institucional, em diferentes níveis, que envolvem as comunidades tradicionais, povos indígenas e seus territórios no Brasil. Do mesmo modo, como projetos de extensão eles se desdobram em pesquisa e ensino, na medida em que as palestras e debates são disponibilizados para consulta, como material didático e como fonte de pesquisa. Dando continuidade a um processo de formação que se move em espiral: nós, mediadores; os convidados, que também ajudam a pensar e têm uma participação ativa na concepção do evento; o público participante, que se repete e se renova e aponta, em suas intervenções e nas comunicações conosco, novas demandas; nós, organizadores, pesquisadores, professores e extensionistas que, junto com as/os

bolsistas, desenvolvemos leituras, pesquisas, aproximações com outras instituições, grupos, coletivos, comunidades; o efeito sobre a comunidade local, e assim por diante...

Os ciclos foram pensados em um formato de debates temáticos. Em geral, há um momento de preparação prévia, direcionado aos organizadores e bolsistas visando a formação, atualização e concepção inicial do projeto, com a leitura de textos clássicos e acesso a pesquisas, documentários, vídeos atuais sobre os temas eleitos. Um segundo momento é o da aproximação com os convidados, quando buscamos estabelecer uma conversa na qual se possam expor as propostas para ajustar e sempre revisar as ideias originais, em um trabalho de permanente movimento e crítica. Uma vez estabelecido o programa é feita a divulgação, parte fundamental para um projeto de extensão: contamos além de nossas redes de contatos pessoais, com uma importante difusão pelas redes de ensino públicas de Nilópolis e de municípios vizinhos da Baixada Fluminense, como Caxias, São João de Meriti, Mesquita e Belford Roxo, cidades que abrigam campi do IFRJ,

além de Faculdades e Universidades que possuem campi na Baixada Fluminense, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Outro elemento fundamental é o contato com o público inscrito, de modo a disponibilizarmos, através de canais previamente estabelecidos, materiais de referência fornecidos pelos convidados e complementados por nossa equipe como meio de introdução aos debates.

Os encontros podem ser entendidos, então, como culminância de uma preparação coletiva: dos convidados, que dispuseram materiais diversos sobre o tema em tela, do público que tem acesso a esses materiais previamente e acesso a todo o material já produzido pelos ciclos e demais projetos anteriores. Concebido como um momento de troca horizontal e de contato direto entre o público interessado e os debatedores: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, educadores populares, produtores rurais, caiçaras, artistas, escritores, produtores culturais, ativistas políticos, comunicadores comunitários, que trocam e expõem suas experiências entre si e/ou com algum representante

da academia ou da esfera pública que serve de mediador e debatedor.

Abaixo apresentamos um quadro com os convidados e convidadas que tivemos nesses três anos de Ciclo:

I Ciclo de Formação em História, Memória e Culturas Indígenas

(agosto de 2018 a junho de 2019)

Convidados(as):

- José de Ribamar Bessa Freire (UERJ/UNIRIO – Pro-Índio)
- Alberto Álvares (cineasta indígena guarani e professor de guarani)
- Aline Rochedo Pachamama (editora e escritora indígena puri)
- Anapuaka Tupinambá (Rádio Yandê - web rádio indígena)
- Júlio Garcia e Ivanildes Kerexu Pereira da Silva (lideranças guarani, integrantes do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra dos Reis / Paraty / Ubatuba)
- Domingos Nobre (professor UFF/IEAR - Angra dos Reis/RJ)
- Algemiro Silva Karai Mirim (professor da Escola Guarani -

Aldeia Sapukai, Angra dos Reis/ RJ)

- Sandra Benites (pesquisadora da UFMG/FAE e doutoranda no Museu Nacional UFRJ)
- Emílio Nolasco (professor UFF /Encontro de Saberes da/na UFF)
- Jonas Sansão (liderança da etnia Gavião e mestrando no Museu Nacional-UFRJ)
- Emerson Guerra (professor e pesquisador IM-UFRRJ)
- Antonio Carlos de Souza Lima (professor e pesquisador PPGAS/Museu Nacional-UFRJ)
- Renata Curcio Valente (Museu do Índio/FUNAI)
- Cristiane Julião Pankararu (Doutoranda PPGAS/Museu Nacional-UFRJ)
- Regina Celestino (professora e pesquisadora Programa de Pós-graduação em História da UFF)
- Ondemar Dias (Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB)
- Nielson Bezerra (professor e pesquisador UERJ-FFP D. de Caxias / Museu Vivo do São Bento)

II Ciclo de Formação em História, Memória e Culturas Indígenas

(julho de 2019)

Convidados(as):

- Ailton Krenak (pensador e ativista)
- José Bessa (professor e pesquisador UERJ / Pró-Índio)
- Vincent Carelli (Produtor, cineasta e criador do projeto Vídeo nas Aldeias)
- Patrícia Ferreira Pará Yxapy (cineastaguarani)
- Júnia Torres (criadora e coordenadora do festival forumdoc.bh)
- Keyla Pataxó (advogada)
- Marcelo Zelic (Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória)
- Sandra Benites (Curadora adjunta - MASP)
- Denilson Baniwa (Artista visual / Curador)
- Ana Kariri (Professora e arte-educadora)

Ciclo de Extensão Territórios e Culturas: Diálogos dos Povos e Comunidades Tradicionais com as Periferias Urbanas no RJ

(setembro a novembro de 2020)

Convidados(as):

- Vagner do Nascimento (Coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba/FCT e coordenador geral do Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina/OTSS)
- Santiago Bernardes, Ana Carolina Barbosa, Luisa Vilas Boas e Júlio Garcia (FCT/OTSS)
- Beto Palmeira (Espaço Raízes do Brasil e Coordenação Nacional do MPA - Movimento de Pequenos Agricultores)
- Fransérgio Goulart (Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial – IDMJR)
- Fabiana Ramos (Coletivo de Educação Diferenciada - FCT/OTSS)
- Jadson dos Santos (Coletivo de Educação Diferenciada - FCT/OTSS)
- Dudu de Morro Agudo (RapLab/Instituto Enraizados)

- Daniele Elias (Rede Nhandereko - FCT/OTSS)
- Cosme Felippsen (Rolé dos Favelados/Morro da Providência)
- Adriana Lima (Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira – SP)

A lista sistematizada apresenta, como se pode ver, uma diversidade geográfica, etária, de gênero e de área de atuação, que possibilita oferecer ao público um quadro bastante complexo acerca de diferentes aspectos de questões e presenças das comunidades tradicionais e povos indígenas.

Se, por um lado, havia a preocupação em criar um espaço de debate dos principais problemas enfrentados atualmente e de denúncias, por outro, igualmente esteve presente a proposta de se criar espaços de realização de suas presenças, isto é, daquilo que é produzido – seja na arte, cinema, literatura, turismo, agricultura, pensamento... – como múltiplas formas de existência, de resistência e de continuação da vida comunitária. O

público, em grande parte não especialista no tema, pôde contar com uma programação de altíssima qualidade, com pessoas que atuam na linha de frente em seus campos e representam o que há de mais contemporâneo e progressista em termos políticos, estéticos e pedagógicos. Foi possível captarmos essa reação e resposta dos extensionistas na medida em que a cada encontro, e também ao fim do projeto, dispúnhamos uma ficha de avaliação, e as respostas foram as mais animadoras. Muitos professores e estudantes mencionaram o impacto que ocorreu em suas vidas profissional a partir dos Ciclos, reorientando ou reafirmando suas pesquisas e trabalhos⁷.

⁷ Em síntese, já que para cada projeto havia propostas particulares, podemos afirmar que entre 40 a 50 por cento do público era composto por estudantes, entre 20 e 30 %, por professores, universitários e escolares, e entre 10 a 20%, por pessoas ligadas a movimentos sociais, interessados em geral, funcionários da administração pública e pesquisadores. Os eventos realizados de forma remota, por consequência da pandemia, permitiram ampliar o alcance do público – e dos convidados. Se no evento presencial de 2018-19, a maioria, cerca de 80%, dos inscritos eram da Baixada Fluminense, nos eventos remotos o público residente na capital fluminense chegava a 50%. Qualitativamente, procuramos captar a satisfação do público em relação à expectativa do tema, do debate, da interação dos convidados com o público, ao material disponibilizado previamente para

Os resultados desses encontros foram todos registrados, tanto os que foram realizados 'ao vivo'⁸, quanto os encontros remotos, devido à pandemia. O fato de os encontros terem que ser feitos de forma remota, como sabemos, trouxeram diversos aspectos negativos do ponto de vista acadêmico, porém, isso possibilitou que se ampliasse a abrangência geográfica de nossos convidados, muitos residentes em outros estados ou municípios mais distantes, em vista das restrições financeiras do financiamento. Sobretudo, considerando também que muitos vivem em regiões de difícil acesso. Deste modo, conseguimos produzir um acervo notável de debates, palestras, conversas que permitirão a todos os interessados e

debate, de modo a aproximar o público do projeto e poder mensurar acertos e ajustes.

Após cada mesa de debate, percebíamos a busca do público por estender as conversas, trocar informações entre si e conversar com os convidados em busca de referências sobre suas pesquisas. Não foram poucas as pessoas que reiteradamente fizeram parte dos diferentes projetos, bem como as mensagens que recebemos sobre a influência em suas pesquisas.

⁸ Devido ao restrito financiamento que tivemos, as gravações ao vivo não estão com qualidade de áudio conforme gostaríamos.

interessadas nestes temas conhecer e se aprofundar nas diferentes frentes.

Aspectos teóricos e metodológicos norteadores.

A concepção e o desenvolvimento dos projetos partiam de alguns posicionamentos teóricos e metodológicos que serviam de fio condutor, sempre em diálogo, contudo, com os demais participantes. Queríamos com isso deixar clara a importância de abrir espaços institucionais acadêmicos para serem ocupados pelos próprios sujeitos que iriam apresentar a temática proposta. Com isso, acreditamos incentivar a desobjetivação destes povos e indivíduos e o olhar não-exótico por parte do público leigo; abrir espaço de fala possibilita encarar esses indivíduos como agentes no presente de sua história e de suas lutas, dando uma dimensão de contemporaneidade ao tema; por fim, a experiência do encontro e do debate livre, aberto e direto favorece à produção do estranhamento, do desconforto intelectual, a partir do afetamento do público com suas presenças que, na maior parte das vezes – e isso ficava

claro nos depoimentos, perguntas e no levantamento –, jamais havia tido contato com indígenas, quilombolas, pequenos produtores...E mesmo quando havia tido algum contato prévio com essas temáticas, na maior parte das vezes isso se deu através da mediação estranha, exotérica, na academia. Ou pior, nas páginas de jornais, em programas de TV.

Por uma preocupação ao mesmo tempo política e pedagógica, buscamos recusar a prática do consumo acadêmico (i.e., o convite a personalidades de fora do mundo da academia, notadamente de setores das camadas populares, ou ligados a determinada manifestação da cultura popular ou tradicional, para absorver certo conhecimento, servir de objeto de observação e curiosidade ou ainda prestigiar determinado grupo na academia), parte do jogo de “espetacularização” e “canibalização”, apontado por José Jorge de Carvalho (CARVALHO, 2010). Daí nossa permanente preocupação em construir o projeto *junto* com os convidados, e procurar estabelecer parcerias que se desenrolassem em outros eventos ou vínculos que fossem expressão do interesse daqueles sujeitos e

comunidades. Em consonância com as preocupações expressas por Paul Little na construção do Relatório decorrente do "Mapeamento Conceitual e Bibliográfico das Comunidades Tradicionais do Brasil", "os representantes das comunidades tradicionais colocaram suas próprias perspectivas sobre o conceito, as quais foram incorporadas neste relatório" (LITTLE, 2006), em nosso caso, nos projetos desenvolvidos.

Entendíamos que trabalhávamos, ao mesmo tempo, em um processo de construção e de desconstrução ao selecionar os temas, os convidados e ao propor uma determinada linha, sem com isso impor aos convidados limites ou acordos prévios em relação às suas vozes. Ainda que não seja o objetivo aqui fazer uma história da relação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no Brasil, é importante ter claro esse recorte temporal, no sentido de compreender, ainda que sucintamente, elementos que foram produzindo essa subjugação na narrativa e o apagamento de sua memória.

Se é verdade, como afirma Alfredo Wagner de Almeida em obra

fundamental para o campo, que "o reconhecimento jurídico-formal dos povos e comunidades tradicionais, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento neste início do século XXI" (SHIRAIISHI, 2007), é verdade também que o reconhecimento social e político está longe de ser um assunto pacificado entre nós.

O governo Bolsonaro (2019-2022) deixou à mostra, verbalizado, em carne viva para quem quisesse ver, toda a sorte de violências, abusos, roubos, assassinatos, desprezo, patrocinados explicitamente pelo governo e seus representantes (civis e militares), o que as comunidades tradicionais e povos indígenas vêm sofrendo há séculos⁹. A diferença é que desde a Constituição de 1988, como mencionado, os movimentos sociais vêm conquistando espaço jurídico, político e simbólico, com avanços e retrocessos. Este último período representou uma imensa

⁹ A tragédia dos Yanomamis exposta no início desse ano de 2023 talvez seja uma síntese cruel do que ocorre em diferentes níveis em todo o país.

marcha a ré, dada a sistematicidade com que, materialmente, essas populações foram atacadas seja em terras, verbas, vidas ou leis.

O próprio uso da categoria povos e comunidades tradicionais aponta para essa tentativa de reconhecimento em geral na sociedade brasileira, pela via de uma marca de identidade entre povos que, por distintos pertencimentos geográficos, tradições, origens, mantêm em comum modos de vida ligados às formas de uso e ocupação do território. Entendidos como *unidades de mobilização*, esses povos e comunidades tradicionais vêm conquistando espaço no debate público através dos movimentos sociais urbanos e rurais, que incorporam suas demandas; da academia, que amplia não apenas a pesquisa o ensino e a extensão no sentido desses grupos sociais, mas efetivamente passam a ser ocupadas por seus membros; e da opinião pública, que se manifesta na imprensa, nas redes sociais e personalidades que mediam e externalizam a existência e relevância destas comunidades e sujeitos.

Ao mesmo tempo, outro elemento que convém destacar é que há uma disparidade de visibilidade, organização, organicidade, reconhecimento entre essas comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, de modo que, por um lado, grupos mais solidificados temem perder sua identidade ao se diluir em conceitos e nomenclaturas amplas demais,

Por outro lado, as comunidades tradicionais agro-extrativistas e ribeirinhas que, em relação aos povos indígenas ou aos quilombolas, têm processos organizativos e identitários relativamente fracos e não contam com reconhecimento formal do Estado enquanto grupos diferenciados, só têm para ganhar com a inclusão na nova categoria "de comunidades tradicionais" (LITTLE, 2006, p. 7-8)

Deste modo, constatamos a atualidade da interseção entre povos e comunidades tradicionais – e, incluímos, da periferia – como pertencentes a um modo específico de lidar com o território: tradicionalmente ocupado, trabalhado, gerido, pensado, vivido. Isto é, sem a menor pretensão de interferir na classificação estabelecida publicamente e através

de longos debates, conforme apontado no Relatório, Pudemos, assim, trazer para dentro do espaço da academia essa tensão que já reverberava entre os próprios elaboradores originais dos documentos norteadores de políticas públicas, ou seja, entre as próprias comunidades e povos tradicionais. Ressalte-se o entrosamento das propostas das discussões, uma vez mais, previamente conversadas e concebidas com os próprios representantes, homens e mulheres, que participaram da concepção dos projetos, com a dinâmica nacional da organização política destas comunidades

A importância da questão conceitual e da nomenclatura se apresenta já na instituição do Decreto de 27 de dezembro de 2004 da Presidência da República, que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, cujas tarefas prioritárias consistiam na “definição de quem são as comunidades tradicionais” e “determinar os melhores mecanismos para garantir o desenvolvimento sustentável dessas comunidades” (LITTLE, 2006).

Posicionados no interior deste debate, sabemos que a resistência – histórica – se intensifica na mesma medida em que conquistas avançam. Através de uma muito bem sedimentada tradição de narrativas e símbolos que ao longo de nossa história, desde a colonização até os dias atuais, localiza o indígena, o quilombola, o camponês, populações caiçaras e ribeirinhas em posições subalternas, propiciando a desumanização de sua figura. Como na declaração do ex-presidente da república de que os “índios estão se tornando seres humanos”¹⁰ ou, de que quilombolas e negros seriam pesados em arrobas¹¹.

Sabemos que a desumanização é o primeiro passo para o extermínio¹².

¹⁰ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acessado em 20 abr 2023

¹¹ "Conseguiram te levantar, pô? Tu pesa o quê, mais de sete arrobas, não é?", disse o presidente a um apoiador que aparece brevemente na gravação no Palácio da Alvorada. Folha de São Paulo, 22/05/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-volta-dizer-que-negro-e-pesado-em-arrobas-e-ironiza-sua-condenacao.shtml>. Acessado em 20 abr 2023.

¹² Entre tantas referências sobre o assunto, ficamos com Primo Levi, *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013; Judith Butler,

Não é nosso objetivo nesse momento avançar sobre a história longa ou recente de violações contra povos tradicionais. Mas uma das formas de perpetrar esse extermínio também se deu pela descaracterização das formas de vida tradicionais, organização familiar, formas de trabalho e de uso da terra. Isto é, a imposição de um uso, consumo, sujeição do espaço a um único aspecto da vida *ocidental capitalista*: a mercantilização, a capitalização de todos os aspectos do território, seja da terra propriamente dita, seu subsolo, a água, a praia, o mar, vegetação, animais... o que for possível de se tornar mercadoria. De modo que essa morte (física e simbólica) torna-se facilitada, e até desejada, devido ao fato de que o senso comum enxerga exclusivamente a economia – a ideologia neoliberal - como a única referência e critério para tomadas de decisão administrativa, política ou jurídica do Estado, das empresas e dos indivíduos.

Por isso, Alfredo Wagner resalta a relevância do uso do conceito de “territórios tradicionalmente ocupados” (ALMEIDA, 2004), isto é, explorados de forma tradicional. O tradicionalmente, então, se expande para a forma de trabalho, quem trabalha, a finalidade do trabalho, mas também os diferentes usos do território, como moradia, espaços do sagrado, dos rituais, da festa, da contemplação, a que tradicionalmente o território servia em complementação com os sujeitos.

Na medida em que, como visto, a Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais, os acordos internacionais, como a Convenção da Organização Internacional do Trabalho, ou a Convenção Internacional de Biodiversidade, apontam para caminhos distintos daquele e buscam não apenas salvaguardar direitos, mas expandir sua atuação na sociedade, as forças sociais interessadas na manutenção de formas capitalistas de vida e de uso do território e da população mobilizam esses valores da ideologia neoliberal para se impor – ladeados pela

Quadros de Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; e Achilles Mbembe, *Necropolítica*. São Paulo: N -1, 2018.

violência extrema oficial ou para-oficial.

Nestes momentos de tensão, logo são mobilizados pelos mediadores na opinião pública – imprensa, políticos, acadêmicos, ‘especialistas’ – valores como a civilização, os costumes, a urbanidade, a modernidade, o cristianismo, história, tradição, higiene, saúde, conforto, liberdade.... como avalizadores éticos ou científicos para uma subordinação simbólica e material, dos povos e comunidades tradicionais e indígenas. Assim, torna-se quase uma obviedade, do ponto de vista do senso comum, que o modo de vida daqueles sujeitos está errado (a partir de quaisquer dos itens acima) e que, portanto, seria correto civilizá-los. Nesse processo, as consequências sociais pouco importam, desde que as terras e seus elementos naturais sejam incorporados à economia, isto é, à racionalidade ocidental.

Do ponto de vista histórico e filosófico, podemos dizer que essa percepção atual do senso comum em relação a povos e comunidades tradicionais está ancorada em uma narrativa que se desenvolveu durante o século XIX em termos de filosofia da

história ocidental, de um discurso que se pretendia sustentar na verdade da ciência – não mais da religião, como nos séculos anteriores. Remontando brevemente esse percurso, o Brasil cumpriria seu destino ao unir-se à civilização (ocidental, cristã, racional-científica), isto é, superar (aniquilar) as características nacionais que não se submetessem. O ingresso no concerto das nações se daria submetendo-se a uma lógica de homogeneização dos valores, das ideias, das instituições sintetizadas no ideal de progresso e civilização sintetizadas na Europa Ocidental / EUA como modelos de homem e sociedade.

O processo civilizatório se daria por uma evolução através do maior controle do espírito sobre o corpo, do homem sobre a natureza e do capital sobre o trabalho, tal qual o modelo desenvolvido pelo cristianismo, cartesianismo e capitalismo. Nessa narrativa, aqueles povos e culturas que não estivessem adequados ao padrão europeu eram considerados povos sem-história, não-civilizados, portanto, atrasados, inferiores e, no limite, desumanos (selvagens, animais). Assim, outros povos contemporâneos coexistiam em um

regime anacrônico de tempo à margem da história.

Vejamos uma breve reflexão, apoiados no antropólogo Pierre Clastres em seu clássico estudo "A sociedade contra o Estado", de 1979 (CLASTRES, 2011), no qual analisa a linguagem que os colonizadores europeus tratavam as sociedades indígenas nas Américas e como as ciências sociais contemporâneas também sofrem alguns embaraços ao lidar com essa temática.

Clastres verifica que nos escritos e correspondências dos colonizadores, as sociedades locais eram chamadas de primitivas e consideradas sociedades sem Estado. Para o autor, a sentença continha um juízo de valor marcado por uma teleologia: as sociedades deveriam ter Estado. Sua ausência denotaria uma série de carências, precariedades materiais e culturais, como ausência de escrita, ausência de comércio, ausência de propriedade. Para além da época da colonização, essa foi a visão dominante nas ciências humanas e econômicas ao se tratar da história e da cultura já avançado no século XX. Clastres observa a incidência de um etnocentrismo

analítico quando historiadores, economistas, antropólogos insistem em expressões como "sociedades da subsistência", pois, emergiria com essa expressão o critério da *falta*, da *precariedade*, de uma existência inferior (*sub*), diante de uma existência plena do modelo do mercado capitalista.

Podemos inferir daí a renitente dificuldade da academia, da ciência branca ocidental, de renunciar a seus princípios e paradigmas e tentar capturar e entender o funcionamento da lógica de povos indígenas e de comunidades tradicionais, por exemplo, em relação a questão do compartilhamento dos conhecimentos – e seu impacto na organização da vida em geral. Para os indígenas, bem como para sociedades antigas, a grega por exemplo, não se pode separar a religião, da economia e da política: seus símbolos, práticas e rituais estão necessariamente envolvidos e não possuem sentido separadamente. Para a ciência ocidental a segmentação e compartimentação dos saberes, ao contrário, é sinal de evolução do conhecimento em que o olhar desvenda a natureza em seus

aspectos cada vez mais específicos como se fossem fins em si mesmos – negligenciando, portanto, sua conexão com fenômenos mais complexos, desde a economia, passando pelo meio-ambiente e à medicina¹³.

A crença ocidental da compartimentação dos saberes é o que torna aceitável pensar a economia separado do meio-ambiente, a administração separada da saúde, arquitetura separada da religião.... Quando decidimos cortar árvores das cidades para “não sujar o chão” abrimos mão de controle da temperatura e retenção da água da chuva; quando decidimos produzir alimentos em regime de *plantation* intervimos no bioma local, na qualidade do solo, e temos que utilizar cada vez mais produtos químicos para suprir nutrientes ou pragas que seriam controlados pela diversidade natural do solo e do ambiente. Para ficarmos em alguns exemplos de como os

¹³Notamos que determinado campo da antropologia pautada pela cibernética vem desmontando essas segmentações em favor de estudos dos sistemas complexos dinâmicos (cf. CESARINO, Leticia; BATESON, Gregory). Ao mesmo tempo, a maior divulgação de narrativas de “sábios” indígenas, quilombolas, de terreiro vêm ampliando a visão ocidental (academia e opinião pública) para a análise destas e de nossa sociedade (p.e. Ailton Krenak, Davi Kopenawa).

saberes tradicionais podem intervir no cotidiano e na organização da sociedade “não-tradicional”

Na mesa em que foi discutido o tema “Agroecologia e economia solidária: diálogos na construção de territórios sustentáveis e saudáveis”¹⁴, pôde-se observar essa confluência de maneira mais contundente, nas relações de produção e relações produtivas tanto nas áreas rurais como em áreas urbanas voltadas para a produção de alimentos saudáveis. Ana Carolina Barbosa e Santiago Bernardes, representantes do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba / Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, e Beto Palmeira, organizador do espaço Raízes do Brasil e membro da Coordenação Nacional do MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, apontaram para uma necessária reformulação completa da questão do trabalho/propriedade da terra/ produção e circulação de alimentos.

¹⁴

<https://www.youtube.com/watch?v=modCFHc9X6U&list=PLOPY0VOJmmtz2rqPiO2XgFAsGBJ1n4jue&index=5&t=3271s>

Chamou-nos atenção o fato de que o MPA concentra boa parte de sua atuação na região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, organizando a produção de pequenos agricultores que já trabalhavam na terra, mas em condições subalternas explorados por grandes atravessadores e sem a preocupação com o manejo da terra. Após um intenso trabalho de conscientização e de fornecer apoio material para esses produtores, o MPA expandiu sua produção de modo a criar uma rede de produtores e fornecedores em áreas com graves problemas sociais, aumentando a renda e a qualidade de vida de produtores e suas famílias. Assim, a produção agroecológica, bem como pela propriedade da terra, conforme nota Beto Palmeira, não é uma luta exclusiva dos pequenos agricultores, mas de todos interessados em uma alimentação saudável e sustentável, e acessível, para toda a população, que a produção sirva aos interesses da população, conforme ele aponta.

A trajetória do MPA, comum a outros movimentos sociais, revela um ponto central para o entendimento e a organização das lutas dos povos e

comunidades tradicionais: sua ação independente do Estado. O Estado, como arena de disputas dos campos de força, pode, sim, eventualmente, dar suporte – material, jurídico, político – aos movimentos sociais, mas isso não é uma garantia. Os últimos quatro anos puseram às claras essas relações, e mesmo os governos progressistas demonstraram grande aliança com os interesses do capital em detrimento do avanço das políticas públicas de garantia dos direitos das comunidades tradicionais e indígenas. De todo modo, o exemplo trazido por Palmeira reforça a percepção de que a interseção do trabalho acadêmico no sentido de desconstruir os preconceitos e barreiras seculares para se criar um novo entendimento do papel desses atores na sociedade deve ser a linha central que a academia deve ocupar principalmente para fora de seus muros, daí nossa opção sistemática pela Extensão, como caminho para a realização desse papel político e pedagógico em torno de temas nem sempre publicizados e, principalmente, com seus próprios agentes em corpo e voz nesse contato direto com o público.

A partir das intervenções de Santiago e Ana Carolina o público pôde ter contato com uma experiência bastante tensa em relação às disputas violentas de terra naquela região da Costa Verde. Seja pela especulação financeira, seja pela pressão de empresas de turismo de explorar territórios de uso das comunidades quilombola, caiçara ou indígena locais. Um exemplo forte foi a questão da circulação de embarcações turísticas em épocas de defeso dos peixes, ou de especulação imobiliária para a construção de grandes hotéis e resorts em áreas quilombolas, indígenas ou caiçaras.

Por isso, também, compartilhamos da ideia de "territórios ocupados tradicionalmente", pois ela expande a noção de um "sujeito tradicional" – ribeirinho, quilombola, indígena -, como se fosse uma essência e que por si só carregaria elementos intrínsecos ao uso e ocupação do território, trabalho, cultura. Ao contrário, essa ideia transfere para a ação, isto é, a categoria, enfatizando a centralidade do trabalho, da relação de produção, da divisão da terra, dos saberes que carregam um modo tradicional de

realização, voltado para a conservação e autorreprodução do povo no território.

Cabe destacar que esse conceito poderia ser estendido ao ambiente urbano e aos modos locais de ocupação do território. Essa preocupação, inclusive, repercute o debate trazido por Paul Little conforme os seguintes termos:

Nas discussões nas reuniões e encontros listados na Introdução, detectou-se uma tendência de deixar fora os grupos sociais urbanos que poderiam pleitear entrada na categoria, como os catadores de lixo ou os favelados, porém ressaltando que há exemplos de grupos urbanos que podem ser classificados como tradicionais, tais como comunidades de quilombos que foram engolidas por processos de expansão urbana, ou bairros de pescadores que continuam ganhando sua subsistência com a pesca artesanal. Outros grupos que ficaram fora nessas discussões foram os camponeses, os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais sem-terra, com a ressalva, novamente, que certas comunidades pertencentes a essas categorias poderiam ser consideradas como tradicionais na medida que acrescentem características ambientais (p.ex. agro-extrativismo), culturais (p.ex. uma identidade étnica) ou territoriais (p.ex. ocupação histórica de uma área específica) que os diferenciariam dos outros produtores rurais. (LITTLE, 2006)

Deste modo, por exemplo, quando Cosme Phillipsen apresenta a ideia do “Rolé dos Favelados”¹⁵ – um projeto de turismo de base comunitária nas favelas cariocas concebido e realizado por moradores das favelas –, estão presentes os seguintes elementos: concepção do trabalho (roteiro, narrativa, objetivos), realização (quem faz o tour com os turistas, quem se comunica, quem os recebe), manejo cultural (moradores locais apresentam aspectos históricos, culturais e sociais do território), economia (manutenção da renda no local com os idealizadores e trabalhadores, incentivo ao consumo do comércio local de restaurantes, bares, souvenirs), de modo que a noção exploratória do turismo como um desagregador (cultural, laboral, social, natural) do ambiente se converte em um uso controlado – econômica e culturalmente – pela comunidade local. A favela não é o local da selva, do exótico, do povo bárbaro conforme vendido pelo senso comum e pelas empresas de turismo que exploravam e ainda exploram

esse serviço, transformando a chegada dos turistas numa pequena guerra local em busca do seu dinheiro.

O mesmo fenômeno observa-se também na experiência da Rede Nhandereko, conforme relatado por uma de suas organizadoras, Daniele Elias, também parte integrante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba/ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS. Nesse caso, além de todos os elementos presentes acima, entram em cena tanto a questão da ocupação de terras e da exploração ambiental por parte da especulação imobiliária e turística na região da Costa Verde, uma das áreas mais tensas em termos de conflitos fundiários e especulativos do estado do Rio de Janeiro; como também a presença de aldeamentos indígenas e quilombos na região, o que torna ainda mais sensível a questão da exploração do trabalho e do uso sustentável – do ponto de vista natural e cultural – do território.

Conclusão

Deve estar claro que projetos desta natureza, em um contexto – mais amplo ou mais específico – como

¹⁵<https://www.youtube.com/watch?v=UNMjGQxcaMk&list=PLOPY0VOJMtzt2rqPiO2XgFAsGBJ1n4jue&index=2>

o que vivemos no Brasil dos últimos ¹⁶ é uma afirmação de um lugar político, pedagógico e acadêmico que consideramos necessário ocupar a partir do princípio da integração entre ensino, pesquisa e, principalmente, extensão. Encaramos esses projetos como a tentativa de construção de um espaço de debate, de circulação de informações e de experiências que pudessem qualificar o público interessado bem como a nós mesmos, coordenadores, e que esse tipo de ação de extensão tivesse uma reverberação para fora dos muros da academia, inclusive no espaço em que nosso Instituto se encontra (Baixada Fluminense). Quer dizer, é distinto quando estudantes e professores têm contato com algum aspecto da história, memória ou cultura indígena e comunidades periféricas ou tradicionais via os tradicionais meios acadêmicos, isto é, pesquisas de historiadores, antropólogos, críticos literários, e quando têm a chance de ouvir, ver e sentir a fala, a música, a imagem a experiência através das

diversas camadas de linguagens, de comunicação que circularam nestes encontros.

Para deixar claro, não queremos repetir, de maneira escamoteada o exotismo antes criticado. Ao contrário, queremos é chamar atenção para uma forma de acesso a determinados saberes que não estão necessariamente dados ou claros para acesso pelos caminhos tradicionais da linguagem acadêmica-científica e que talvez requeiram algo a mais do que uma tradução para se fazer comunicar. Em um dos encontros do I Ciclo de Formação em História, Memória e Culturas Indígenas, com a presença do professor Emilio Nolasco, da UFF, um dos coordenadores do projeto Encontro de Saberes, e da indígena Sandra Benites Guarani Nhandeva, à época doutoranda do Museu Nacional-UFRJ, essa questão da tradução, mediação, fronteiras e pontes ficou bem desenhada.

Nos valeremos de uma imagem criada por Sandra Benites para explicar as dificuldades de sua chegada e de sua presença no ambiente universitário - mais ainda, na pós-graduação do Museu Nacional. Benites dizia que ela havia

¹⁶ O projeto foi realizado entre 2018 e 2019, e segue em seus desdobramentos ainda hoje em diferentes frentes, como os seminários Presença Indígena na Baixada Fluminense (2020 e 2022).

desenvolvido uma forma de relacionamento com aquele meio na qual ela buscava contato e integração, mas mantendo seu lugar epistemológico e afetivo, que ela realizava um movimento de inclinar-se, podendo assim chegar até o outro, permitir o acesso do outro, mas sem perder sua referência.

A metáfora parece-nos extremamente fecunda se considerarmos que ela ajuda a resolver um problema grande que surge ao lidarmos com esse tema desde a perspectiva que apresentamos: como apresentar saberes sem deformá-los pela tradução e homogeneização epistêmica. Claro está que não se trata de simplesmente verter uma linguagem e idioma para línguas ocidentais a partir de uma construção narrativa e semiótica ocidentais; na verdade, o problema que se coloca é como esses saberes tradicionais chegam e como chegamos a esses saberes por um caminho distinto da pretensão da colonização da linguagem ocidental.

Esse caminho, nos parece, apresentou-se pela metáfora da inclinação, uma forma de

aproximação, incorporação, concessão e manutenção dos saberes em relação a um Outro que não se reduz e não deve ser reduzido a qualquer síntese. De modo que também o público pôde inclinar-se e ter contato diretamente com os saberes ali desenvolvidos sem a necessidade de transcrição ou mediação, possibilitando assim a incorporação dessas experiências de distintas formas em sua prática profissional, acadêmica, política ou cultural.

A expectativa que se abre para nós é buscar uma forma de inserção destes saberes na academia, da incorporação dos chamados saberes e práticas de comunidades tradicionais, que estão previstos em legislação específica¹⁷, dentre os quais incluem-se aqueles referentes às comunidades indígenas, quilombolas, caiçara,

Para além das preocupações conceituais, éticas e epistemológicas, conforme já descritas, uma nova e importante frente se coloca: trata-se de criar formas de reconhecimento destes

¹⁷Cf. Legislação coligida em Shiraishi Neto, Joaquim. *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: UEA, 2007.

saberes, bem como de remuneração destes mestres que vêm à universidade, de modo a garantir a sua plena legitimidade e reconhecimento no meio acadêmico mantendo as prerrogativas próprias destas tradições. Na definição dos elaboradores do projeto Encontro de Saberes,

trata-se de uma intervenção teórico-política transdisciplinar”, um projeto amplo, permanente e com muitos pontos de tensão que pode ser compreendido “como uma proposta concreta de formação intercultural para o ensino formal capaz de promover uma dupla inclusão: das artes e saberes tradicionais na grade curricular e, simultaneamente, dos mestres e mestras tradicionais na docência¹⁸.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, v. 6, n. 1, maio 2004

ASCELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. *Revista Antropológicas*, ano 14, vol.21, n. 1, p. 36-76, 2010.

CARVALHO, José Jorge de. *Encontro de Saberes: bases para um diálogo interepistêmico*. Brasília: INCTI/CNPq/UnB, 2015.

CARVALHO, José Jorge de; ÁGUAS, Carla L.P. Encontro de Saberes: um desafio teórico, político e epistemológico. In: CUNHA, Teresa; SANTOS, Boaventura de S. *Colóquio internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*. Atas: Coimbra. Centro de Estudos Sociais, 1017-1027, 2015.

CARVALHO, José Jorge de; FLÓREZ, Juliana. Encuentro de Saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. *Nômadias*, n. 41, p. 131-147, 2014;

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

LITTLE, Paul. *Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SHIRASHI NETO, Joaquim (org.). *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA, 2007.

¹⁸ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB/CNPq). “Encontro de Saberes: Bases para um diálogo interepistêmico”, coord. José Jorge de Carvalho. Brasília, 2015, p. 2.